



PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Informamos que existe previsão de recursos orçamentários à conta da dotação nº 02.10.10.10.301.2620.2581.3.3.90.30.00-586.

Data: 18/02/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS - MG
CEP: 39.230-000 - Estado de Minas Gerais

AUTORIZAÇÃO

Estando cumpridas as formalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, AUTORIZO a abertura do procedimento licitatório para registro de preços de aquisição de material laboratório, conforme solicitação em anexo e em atendimento ao disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2000, declaro que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Buenópolis/MG, 18 de fevereiro de 2021.

Célio Santana
Prefeito Municipal



PROCESSO Nº 011/2021 -PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021
PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS/MG, realizará procedimento de licitação nº 011/2021, modalidade, Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo menor preço por item, Critério de Julgamento “menor preço por item”, nos termos da Lei 10.520/02, e legislação correlata; em especial a Lei federal 8.666/93, e de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos. Os envelopes contendo a proposta comercial e documentação de habilitação serão recebidos em sessão pública às 08h:30m do dia 11/03/2021, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal, situada na, Rua Ataliba Pereira, 99, centro, nesta cidade, oportunidade em que serão examinados. O pregão será realizado pelo Pregoeiro oficial, ou substituto designados pela Portaria nº 059 de 01 de fevereiro de 2021.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de material de laboratório, cujos quantitativos, especificações mínimas dos materiais e demais condições gerais para fornecimento estão descritas no Anexo III deste edital de licitação.

2-CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.Poderão participar da presente licitação todos quantos militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação.

2.2.Não poderão participar do presente certame a empresa:

2.2.1 concordatária; em processo de falência; sob concurso de credores; em dissolução; ou em recuperação judicial;

2.2.2 estrangeira que não funcione no País;

2.2.3 com o direito suspenso de contratar com a Administração Pública ou por ter sido declarada inidônea;

2.2.4 que esteja cumprindo penalidade que a impeça de participar de licitação junto à Administração Pública;

2.2.5 que possua participação direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo empregatício com a Prefeitura de Buenópolis/MG.

3-ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1.Dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

3.1.1.Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

LOCAL: Sala de Licitação - Sede da Prefeitura de Buenópolis/MG, na Rua Ataliba Pereira, 99, centro – Buenópolis/MG, – A/C do pregoeiro, até às 08h:30m do dia 11/03/2021.

3.1.2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS/MG -PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/____ - ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA COMERCIAL PROPONENTE:.....
MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS/MG - PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/____ ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PROPONENTE:.....

3.2. O interessado deverá entregar juntamente com os dois envelopes a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme Anexo VI (a referida declaração deverá estar por fora dos envelopes).

3.3. O PREGOEIRO não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” que não sejam entregues ao pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste edital.

3.3. - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada; devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.3. No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social e da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.4. Direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



4.4 Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão, expedida pela Junta Comercial, na forma da Instrução Normativa nº. 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro de Comércio-DNRC, ou outro órgão equivalente, e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

4.4 A comprovação da condição de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, será efetuada mediante certidão, expedida pela Junta Comercial, na forma da Instrução Normativa nº. 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro de Comércio-DNRC, ou outro órgão equivalente, e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

4.4.1. A certidão apresentada após o dia 31 de janeiro do corrente ano terá obrigatoriamente que ter sido emitida no exercício em curso.

4.5 O documento de credenciamento poderá obedecer o modelo em anexo, para facilitar sua interpretação.

4.6 Os licitantes que não credenciarem representantes ou que porventura enviarem seus envelopes via postal deverão, obrigatoriamente, incluir no envelope a que se refere à proposta de preços, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII da Lei 10.520/02.

5. PROPOSTAS COMERCIAIS

5.1 As propostas comerciais deveram ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, podendo observar o modelo anexo a este edital, e constarão:

a- identificação da licitante, com número do CNPJ, assinatura do seu representante, referência a esta licitação, número do telefone/fax da empresa, endereço, dados bancários e, se houver, indicação de endereço eletrônico (e-mail);

b. Descrever de forma clara o material a ser fornecido, de acordo com as exigências deste edital, indicando, inclusive, sua marca.

c- apresentar preços unitários e totais dos produtos, já consideradas todas as despesas (tributos, transporte e outras incidentes direta ou indiretamente no objeto deste Pregão);

d. Termo de compromisso do licitante, declarando que o objeto do certame será entregue conforme estipulado neste edital.

e. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

f. As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pelo pregoeiro, caso contenham erros de soma e/ou multiplicação, bem como divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida o representante da empresa, este deverá assiná-la se estiver presente na sessão.

g. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, por estarem omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

h. Os preços serão cotados com até duas casas decimais. Ex: 10,55

i- Nos preços propostos estarão incluídos todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

j. A licitante apresentará, FORA DO ENVELOPE, por ocasião da apresentação da Proposta Comercial, a Declaração de que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, conforme Anexo VI.

l. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item do objeto desta licitação.

m. Todos os itens serão conferidos e analisados pelo setor requisitante para a devida aprovação, sujeitando a desclassificação os licitantes que não cumprirem as normas do edital.

n. A licitante vencedora deverá apresentar em 03 (três) dias úteis, após a adjudicação, formação de preços recomposta em função do valor vencedor na etapa de lances.

o. A critério da administração, poderá ser autorizada a subcontratação, e esta deve ocorrer em relação a empresas que estejam na condição de Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

p. Apresentar declaração de garantia da qualidade dos produtos, Anexo IX.

q. Apresentar proposta no formato mídia conforme arquivo do sistema SIAP, extensão .SIC (MEMORY software para Gestão Pública Municipal) fornecido pelo Departamento Municipal de Licitações via e-mail oficial bue_licitacao@yahoo.com.br e licitacao@buenopolis.mg.go.br via solicitação do licitante, a falta do arquivo de mídia não caracteriza sua desclassificação bem como também não substitui a proposta impressa estabelecida neste edital.

6-HABILITAÇÃO

6.1. A habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:



a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ – Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.2. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

6.2.1. Quanto à REGULARIDADE JURÍDICA, a licitante apresentará:

6.2.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

6.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.1.3. Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI

6.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÃO: Fica dispensado da apresentação do contrato social e suas alterações para efeito de habilitação, quando estes forem apresentados no ato do credenciamento, desde que o mesmo esteja autenticado.

6.3. Quanto à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, apresentará:

6.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ

6.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.

6.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de:

- Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

6.3.4. Prova de regularidade junto a Fazenda Estadual e Municipal.

6.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.3.6. Quanto à REGULARIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA, apresentará:

6.3.6.1. Certidão de Falência e Concordata emitida por órgão competente com data de emissão de até 90 (noventa) dias antes da abertura da sessão.

6.4. Prova de que a empresa está em plena atividade, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, que deverá ser comprovado através do Alvará de Funcionamento da empresa;

6.4.1. Licença sanitária para exercer as atividades de comercialização/distribuição de produtos para saúde e correlatos;

6.4.2. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o fornecimento dos bens de similar característica a do objeto da presente Licitação;

6.4.2.1. Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (a serem enviados posteriormente dos itens vencedores);

6.4.2.2. Certificado de Registro de Produtos emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária (a serem enviados posteriormente dos itens vencedores);

6.4.2.3. Observação: No caso de produto importado é também necessária à apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção e emitido pela autoridade sanitária brasileira.

6.5. Deverão ainda, as licitantes, apresentarem as seguintes declarações:

6.5.1. Declaração de inexistência ou superveniência de fato impeditivo da habilitação (art. 32, § 2º, Lei 8.666/93), conforme ANEXO VII;

6.5.2. Declaração de que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, conforme ANEXO V;

6.5.3. Declaração de Responsabilidades, conforme Anexo VIII;

6.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;



c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.SESSÃO DO PREGÃO

7.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro procederá a abertura dos envelopes de proposta comercial dos licitantes.

7.2. Após o cadastramento dos valores de cada empresa participante, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO para os lances.

8-CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

8.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.2. O autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela serão classificados para participarem dos lances verbais.

8.3. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no artigo anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos, para que seus autores participem dos lances verbais.

9-LANCES VERBAIS

9.1. Aos licitantes classificados e presentes na sessão será dada a oportunidade para disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

9.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.3. É vedada a oferta de lance com vista ao empate

9.4. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

9.5. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado, esta poderá ser aceita.

10-JULGAMENTO

10.1. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço por item, observados os prazos máximos para prestação de serviço, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

10.2. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

10.3. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.4. – Os licitantes apresentarão documentos em cópias legíveis, autenticadas em cartório competente ou por servidor designado para o pregão.

10.5 – As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

10.5.1 – Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.2 – A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

10.8.3 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro de 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos. 10.8.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.9 – Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

10.10 – Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.



- 10.11 – O pregoeiro negociará diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.
- 10.12. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.
- 10.13. A contratação formalizar-se-á mediante Ordem de Fornecimento, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora.
- 10.14. Após a homologação do resultado da licitação, a(s) licitante(s) classificadas(s) em primeiro lugar por lote, terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela Administração, para assinar a Ata de Registro de Preços.
- 10.15. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem crescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.
- 10.16. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, conforme subitem anterior, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º (primeiro) classificado, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital.
- 10.17. Após a publicação da Ata do Registro de Preços da Administração no Diário Oficial do Município, poderão ser firmados os contratos dentro do prazo de validade do Registro.
- 10.18. Poderá a proposta da licitante ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Administração conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes.
- 10.19. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, membros da equipe de apoio e licitantes presentes na sessão.

11-RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos
- 11.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará decadência do direito de recurso.
- 11.5. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias pela Administração.
- 11.6. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os desclassificados em todos os itens, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o aceite do produto pelo Setor Requisitante, licitantes via fax ou correio eletrônico.
- 11.7. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados

12-DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Encerrada a seleção e ultrapassada a eventual fase recursal, o pregoeiro registrará os preços ofertados pelas licitantes em ordem crescente.
- 12.2. Verificada a regularidade dos atos e a realização do interesse público, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/1993, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Homologado o resultado da licitação, a Secretaria, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 13.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 13.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a Administração optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado
- 13.4. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 13.5. A Administração monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados



13.6.A Administração convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado

13.7.Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado

13.8.Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira

13.9.Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado lote

13.10.Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Administração poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela

13.11.As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial do Município.

13.12.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, e nas condições previstas neste Edital. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

13.13.Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea —dII do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea —dII do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, a Prefeitura Municipal, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

13.14. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

13.15. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.16. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.17. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

13.18. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

13.19. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

13.20.A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador e nem os usuários da Ata de Registro de Preços, a contratar, facultando-se a cada um destes, a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

13.21.Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

14 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

14.1.O objeto do presente certame será prestado em conformidade com as especificações e condições apontadas no respectivo Termo de Referência e documentação anexa.

14.2. De acordo com a legislação o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.3.O contratado deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida.

14.4.Caso adjudicatário não apresente situação regular no ato de retirada do Empenho, ou recuse-se a retirá-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para retirá-lo.

14.5.Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para retirada do Empenho, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.



15-PAGAMENTO

15.1.A Nota Fiscal /Fatura Discriminativa deverá ser apresentada conforme descrito no Anexo – Termo de referência.

15.2.A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento no prazo e condições descritas no Anexo – Termo de Referência.

16- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Recusando-se a vencedora a assinatura da ata sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se á multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

16.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10^o (décimo) dia de atraso, da entrega do produto, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

16.2.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a conseqüente rescisão contratual, quando for o caso;

16.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos fornecimentos;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) descumprimento de cláusula contratual.

16.3. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

16.5. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Buenópolis/MG, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

17. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

17.1- Poderão participar da presente licitação empresas na condição e ME e EPP interessadas, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

17.2 - Não poderão participar deste pregão os interessados que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, ou estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, ou tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.

18- DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1.Homologada a licitação o adjudicatário receberá Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

18.2.Caso o adjudicatário não preste o serviços, objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

18.3.Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

18.4.Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

18.5.Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

18.6.Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei nº 8.666/93, no artigo 77 e 78.

18.7.A Secretaria poderá, nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no § 1º do artigo 65.

18.8.Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após decorrido prazo para impugnação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.9.Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.



18.10. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.11. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

18.12. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

18.13. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.14. A dotação orçamentária específica para acobertar a despesa deste Pregão é a de nº 02.10.10.10.301.2620.2581.3.3.90.30.00-586, não estando a mesma vinculada a despesa, antes da assinatura do contrato ou ordem de fornecimento, por se tratar de registro de preços.

18.15. O resultado que sobrevier ao procedimento licitatório será publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.155 de 18 de junho de 2003.

18.16. Informações complementares sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro a Rua Ataliba Pereira, 99 – centro – Buenópolis/MG – CEP: 39.230.000, email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br. O presente edital e seus anexos poderão ser examinados e solicitados na Sede da Prefeitura, cuja cópia será fornecida gratuitamente

Compõe este edital:

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III – TERMO DE REFERENCIA

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002

ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO CONFORME ARTIGO 9º DA LEI 8.666/93

ANEXO VIII MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS

Buenópolis/MG, 18 de fevereiro de 2021.

Jovan Divino de Figueiredo
Pregoeiro



ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATORIO Nº. _____ / _____ - PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____ / _____

Apresentamos nossa proposta para execução dos serviços do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quant	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01						
VALOR TOTAL DO ITEM.....						

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso) :(no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.)

OBS: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da LICITANTE com todas as características do objeto e exigências constantes no edital bem como o serviço será prestado conforme estipulado neste edital.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº. Cédula de Identidade: _____



ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATORIO Nº. _____ / _____ - PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____ / _____

A empresa situada (rua, nº, bairro, cidade e estado), CNPJ nº. por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), credencia o Sr.(a)(s)..... portador da Carteira de Identidade (RG) nº órgão expedidor, C.P.F. nº..... para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Buenópolis, nos atos relativos aos Pregões, podendo, para tanto, apresentar proposta de preços e lances verbais, assinar a proposta apregoada, assinar Atas, impugnar licitantes e propostas, recorrer de qualquer instância administrativa, denegar do direito de recurso, rubricar páginas de documentos, debater cláusulas contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier, pedir informações, assinar contrato, enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, perfeito e cabal desempenho do presente credenciamento, nos termos do Edital.

_____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Carteira de identidade:

CPF:

QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:

1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



ANEXO III TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL PREGÃO Nº. 007/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº.011/2021

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de laboratório, cujos quantitativos, especificações mínimas dos materiais e demais condições gerais para fornecimento estão descritas abaixo:

ITEM	QTD	UND	PRODUTO
00001	600	LT	ALCOOL 70% COM 1000 ML
00002	10	UND	ALMOTOLIA MARROM RECIPIENTE PARA ARMAZENAMENTO DE LÍQUIDOS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO. FRASCOS 250 ML COM TAMPA.
00003	6	UND	FLUORETO - ANTICOAGULANTE PARA GLICOSE 200 ML
00004	2	UND	EDTA - ANTICOAGULANTE PARA HEMATOLOGIA 200ML
00005	200	PCT	COLETOR INFANTIL FEMININO COM FURO RECORTADO NOS MODELOS FEMININO (FURO OVAL) COM FITA ADESIVA DUPLA FASE,HIPOALÉRGICA RESISTENTE E QUE NÃO DESPRENDE DO CONJUNTO.COMPOSTO POR SACO COM COMPRIMENTO DE 17 CM E LARGURA DE 10 CM, COM FURO PRÉ -CORTADO E COM PELÍCULA PROTETORA NÃ ADERENTE E DESCARTÁVEL.CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, TRANSPARENTE,ATÓXICO E MALEÁVEL COM CAPACIDADE 100 ML E COM SELAGEM DE ALTA RESISTÊNCIA NAS BORDAS. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES
00006	12	UND	CRONÔMETROS (PARA REALIZAÇÃO DE COAGULOGAMA)
00007	20	CX	CURATIVO ESTÉRIL PÓS COLETA DE SANGUE CX C/500
00008	20	UND	ALÇA DUPLA PARA TRANSPORTE, CONTRA-TRAVA DE SEGURANÇA, PRODUZIDO DE ACORDO COM NBR 13853.
00009	20	CX	ESCALPE (DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA) Nº 21 CX C/ 100 UND
00010	30	CX	ESCALPE Nº 23 (DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA) CX COM 100
00011	30	CX	ESCALPE Nº 25 (DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA) CX. COM 100
00012	15	UND	FITA PARA IMPRESSORA ERC - 09 PARA APARELHOS BIOQUÍMICOS
00013	5000	UND	FRASCOS COLETORES PARA URINA - CORPO PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, COM TAMPA ROSQUEÁVEL E VEDAÇÃO. CAPACIDADE DE 50 A 80 ML
00014	5000		FRASCOS COLETORES PARA FEZES - CORPO PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, COM TAMPA ROSQUEÁVEL E VEDAÇÃO. CAPACIDADE DE 50 A 80 ML
00015	24	UND	GARROTE (BRAÇADEIRA PARA COLETA DE SANGUE)
00016	10	PCT	GAZE TIPO DE QUEIJO
00017	25	CX	KIT BETA HCG - REAGENTES PARA A DETERMINAÇÃO DA GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG) EM AMOSTRAS DE SORO OU URINA POR IMUNOCROMATOGRAFIA, PARA USO DIAGNOSTICO IN VITRO - CAIXA COM 100 TESTES
00018	12	CX	KIT CHAGAS -KIT PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA E SEMI QUANTITATIVA ANTI - TRYPANOSOMA CRUZI NO SORO POR HEMAGLUTINAÇÃO INDIRETA (HAI). SOMENTE PARA DIAGNÓSTICO IN VITRO. *** COM 96 TESTES
00019	50	KIT	KIT COLORAÇÃO LAMINAS RÁPIDO P/ HEMATOLOGIA
00020	10	KIT	KIT DOSAGEM ÁCIDO ÚRICO. KIT PARA DETERMINAÇÃO DO ÁC. ÚRICO. SISTEMA ENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO DO ÁCIDO ÚRICO POR REAÇÃO DE PONTO FINAL EM AMOSTRAS DE SANGUE, URINA E LIQUOR. APLICAÇÃO SEMI-AUTOMÁTICA. PADRÃO INCLUSO. METODOLOGIA: COLORIMÉTRICO. ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECIFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA BIOPLUS 2.000 MARCA EQUIVALENTE: LABTEST OU SEJA ESTÁ VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00021	12	KIT	KIT DOSAGEM COLESTEROL. KIT PARA DETERMINAÇÃO DO COLESTEROL TOTAL POR METODOLOGIA ENZIMÁTICA- COLORIMÉTRICA DE PONTO FINAL, RÁPIDA E DIRETA PARA DOSAGEM DO COLESTEROL TOTAL FACILMENTE ADAPTÁVEL EM ANALISADORES AUTOMÁTICOS E SEMI-AUTOMÁTICOS. O PRODUTO DEVERÁ EMPREGAR REAGENTES LÍQUIDOS, PRONTOS PARA USO E O REAGENTE DE COR DEVERÁ POSSUIR DANIFICADOR DE SORO QUE ELIMINA INTERFERÊNCIA PRODUZIDAS PELO TRIGLICÉRIDES. ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECIFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA BIOPLUS 2.000 MARCA EQUIVALENTE: LABTEST OU SEJA ESTÁ VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00022	10	KIT	KIT DOSAGEM CREATININA. KIT PARA DETERMINAÇÃO DA CREATININA POR METODOLOGIA COLORIMÉTRICA E DE PONTO FINAL. ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECIFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA BIOPLUS 2.000 MARCA EQUIVALENTE: LABTEST OU SEJA ESTÁ VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00023	8	KIT	KIT DOSAGEM GLICOSE. KIT PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DA GLICOSE NO SANGUE (SORO). POR METODOLOGIA ENZIMÁTICA-COLORIMÉTRICA, FACILMENTE ADAPTÁVEL EM ANALISADORES AUTOMÁTICOS E SEMI-AUTOMÁTICOS. O PRODUTO DEVERÁ EMPREGAR REAGENTES LÍQUIDOS PRONTO PARA USO. ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECIFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA BIOPLUS 2.000 MARCA EQUIVALENTE: LABTEST OU SEJA ESTÁ VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00024	12	KIT	KIT TRIGLICERIDEOS.KIT PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DO TRIGLICÉRIDES NO SANGUE (SORO). POR METODOLOGIA ENZIMÁTICA-COLORIMÉTRICA FACILMENTE ADAPTÁVEL EM ANALISADORES AUTOMÁTICOS E SEMI-AUTOMÁTICOS. O PRODUTO DEVERÁ EMPREGAR REAGENTES LÍQUIDOS PRONTO PARA USO. ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECIFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA BIOPLUS 2.000 MARCA EQUIVALENTE: LABTEST OU SEJA ESTÁ VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00025	6	KIT	KIT DOSAGEM URÉIA.KIT PARA DETERMINAÇÃO DA URÉIA QUANTITATIVA NO SORO, FACILMENTE ADAPTÁVEL EM ANALISADORES AUTOMÁTICOS E SEMI AUTOMÁTICOS. METODOLOGIA: ENZIMATICO-COLORIMETRICO ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECIFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA BIOPLUS 2.000 MARCA EQUIVALENTE: LABTEST OU SEJA ESTÁ VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00026	5	KIT	KIT PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO SANGUE HUMANO NAS FEZES POR IMUNOCROMATOGRAFIA.. O TESTE DEVERÁ SER,RÁPIDO, E SOMENTE PARA USO DIAGNÓSTICO IN VITRO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS - MG
CEP: 39.230-000 - Estado de Minas Gerais

00027	25	KIT	KIT PARA TRIAGEM NA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA SIFILIS NO SORO, PLASMA OU LIQUOR - REAÇÃO DE FLOCULAÇÃO
00028	250	CX	LAMINAS DE VIDRO PARA MICROSCOPIA BORDA FOSCA CX.COM 50 UND
00029	50	CX	LAMINAS VIDRO PARA MICROSCOPIA SEM BORDA CX COM 50
00030	20	CX	LANCETA (AGULHA METALICA COM BASE DE POLIMERO PLASTICO, DESENVOLVIDA PARA REALIZAR A PUNÇÃO DE POLPA DIGITAL PARA OBTENÇÃO DE AMOSTRA DE SANGUE) CAXA COM 100 UND
00031	4	KIT	KIT ASO
00032	4	KIT	KIT LATX FATOR REUMATÓIDE
00033	50	KIT	KIT PARA DETERMINAÇÃO DA PROTEINA C REATIVA (PCR) APLICAÇÃO MANUAL QUALITATIVA E SEMI QUANTITATIVA EM LÂMINA. METODOLOGIA: AGLUTINAÇÃO
00034	20	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO: M COM 100 UNIDADES
00035	200	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P COM 100 UNIDADES
00036	10	CX	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL C/ ELÁSTICO E 3 CAMADAS DE PROTEÇÃO CX C/ 50 UNID
00037	10	CX	MASSA SELANTE PARA TUBO CAPILAR MICROHEMATOCRITO
00038	20	UND	MIF (SOLUÇÃO CONSERVANTE PARA FEZES)
00039	10	UND	OLEO DE IMERSÃO
00040	20	CX	PAPEL FILTRO PEQUENO CX C/100
00041	150	PCT	ROLO DE ALGODÃO PCTE 500G
00042	50	PCT	ALGODÃO EM BOLA BRANCA DE 100 GRS PCT COM 20
00043	20	CX	SERINGA 10 ML COM AGULHA 25 X 7 CX C/100
00044	40	CX	SERINGA 5 ML COM AGULHA 25 X 7 CX C/100
00045	10	CX	SERINGA DE 20 ML COM AGULHA 25 X 7 CX C/100
00046	4	UND	FRASCO SORO TIPAGEM SANGUINEA ANTI-A
00047	4	UND	FRASCO SORO TIPAGEM SANGUINEA ANTI-B
00048	4	UND	SORO TIPAGEM SANGUINEA ANTI-D MONOCLONAL
00049	5000	UND	COLETOR URINA 24 HORAS. MATERIAL EM POLIETILENO, ALTA DENSIDADE. CAPACIDADE: 2 LITROS. BOCA 80 MM DE DIÂMETRO. TAMPAS ROSQUEÁVEL E VEDAÇÃO. GRADUAÇÃO: 200 EM 200 ML
00050	60	UND	SWAB ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS
00051	30	CX	TUBO CAPILAR SEM HEPARINA MICROHEMATOCRITO CX C/1000
00052	5000	UND	TUBO COM EDTA (TAMPAS ROXA E ROSQUEÁVEL) PARA COLETA À VÁCUO. VOLUME: 4ML TUBO TIPO PLÁSTICO
00053	60	UND	TUBO EM PS SEM TAMPAS 5 ML (POLIESTIRENO)
00054	30000	UND	TUBO SEM ANTICOAGULANTE PARA COLETA À VÁCUO. (TAMPAS VERMELHA E ROSQUEÁVEL) VOLUME: 4ML
00055	10000	UND	TUBO SEM ANTICOAGULANTE PARA COLETA À VÁCUO. (TAMPAS VERMELHA E ROSQUEÁVEL) VOLUME: 10ML
00056	15000	UND	TUBO COM FLUORETO (TAMPAS CINZA E ROSQUEÁVEL) PARA COLETA À VÁCUO. VOLUME: 4ML TUBO TIPO PLÁSTICO
00057	5	UND	MINOTROL - ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECÍFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA HORIBA MD KAL MODELO: ABX MICRO 60 - VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00058	8	UND	MINOTRON - ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECÍFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA HORIBA MD KAL MODELO: ABX MICRO 60 - VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00059	5	UND	MINICLEAN - ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECÍFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA HORIBA MD KAL MODELO: ABX MICRO 60 - VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00060	5	UND	MINILYSE - ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECÍFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA HORIBA MD KAL MODELO: ABX MICRO 60 - VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00061	10	UND	MINOCLEAR - ESTE PRODUTO SERÁ OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE, ESPECÍFICO PARA O FUNCIONAMENTO E EXATIDÃO DOS RESULTADOS DOS EXAMES NO APARELHO DE BIOQUÍMICA HORIBA MD KAL MODELO: ABX MICRO 60 - VEDADO O FORNECIMENTO DE PRODUTO SIMILAR.
00062	40		ÁGUA DESTILADA FRASCO COM 500 ML
00063	10000	UND	TUBO EM PS COM TAMPAS VOLUÇÃO 5 ML (POLIESTIRENO)
00064	40	KIT	PONTEIRA DESCARTÁVEIS AMARELAS PCT COM 1000 UND
00065	20	PCT	PONTEIRA AZUL 200 - 1000 COM 1000 UND
00066	2000	UND	TUBO EM VIDRO SEM TAMPAS VOLUME 5 ML
00067	25	CX	TIRAS REATIVAS PARA URINÁLISE: TIRAS REATIVAS PARA DETERMINAÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE DEZ PARÂMETROS NA URINA E COM ALTO GRAU DE EXATIDÃO. TEMPO DE REAÇÃO: 30 A 60 SEGUNDOS A TEMPERATURA AMBIENTE. CX. C/ 50 TIRAS.
00068	600	UND	TUBO ÂMBAR EM POLIPROPILENO ÂMBAR 12 X 75 MM COM TAMPAS E FUNDO REDONDO. VOLUME: 4 ML
00069	300	UND	BOBINA BRANCA PARA APARELHO BIOQUÍMICO SB190 - 57 MM
00070	200	UND	COLETOR INFANTIL COM FURO RECORTADO NOS MODELOS MASCULINO (FURO REDONDO) COM FITA ADESIVA DUPLA FASE, HIPOALÉRGICA RESISTENTE E QUE NÃO DESPRENDE DO CONJUNTO. COMPOSTO POR SACO COM COMPRIMENTO DE 17 CM E LARGURA DE 10 CM, COM FURO PRÉ -CORTADO E COM PELÍCULA PROTETORA NÃO ADERENTE E DESCARTÁVEL. CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, TRANSPARENTE, ATÓXICO E MALLEÁVEL COM CAPACIDADE 100 ML E COM SELAGEM DE ALTA RESISTÊNCIA NAS BORDAS. ****
00071	20	UND	CALICE PARA DECANTAÇÃO DE FEZES
00072	10000	UND	TUBO PARA URINÁLISE VOLUME 15 ML
00073	3	CX	PLACA DE VIDRO PARA VDRL (PLACA KLINE 60 X 80 X 5 MM COM 12 POÇOS)
00074	2	CX	CAIXA TÉRMICA RÍGIDA PEQUENA COM TERMOMETRO E CAPACIDADE DE 05 LITROS

Observações:

01-O Registro de Preços deverá ser firmado sobre o menor preço unitário.



02 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão da Ata de registro de Preços, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

03- Prazo e Local de entrega: os produtos solicitados deverão ser entregues nos locais indicados pelo setor requisitante, em horário de expediente do setor requisitante, de segunda a sexta-feira, no endereço constante na NAF (Nota de Autorização de Fornecimento). Após a solicitação(NAF), o licitante terá o prazo de até 10(dez) dias úteis para efetivar a entrega dos produtos solicitados.

04- Prazo de Pagamento: em até 15(quinze) dias uteis do mês subsequente a entrega e aprovação dos mesmos, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente aprovada pelo setor requisitante, acompanhada de comprovantes de regularidade perante o INSS, FGTS e Trabalhista.

05- OBRIGAÇÕES:

5.1-CONRATADA:

5.1.1-Entregar, no local indicado, os produtos adquiridos, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis.

5.1.2.Substituir, no local indicado para entrega, sem nenhum custo adicional, durante o prazo de garantia, os produtos que apresentarem, defeitos de fabricação.

5.1.3. Apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (a serem enviados posteriormente dos itens vencedores);

6.1.4.Apresentar o Certificado de Registro de Produtos emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária (a serem enviados posteriormente dos itens vencedores);

Observação: No caso de produto importado é também necessária à apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção e emitido pela autoridade sanitária brasileira.

06-CONTRATANTE:

6.1. Promover, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, o acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto da aquisição;

6.1.1. Prestar informações, relativas ao objeto da aquisição, que venham a ser solicitadas pela licitante vencedora;

..1.2 Realizar o pagamento à licitante vencedora nos termos pactuados.

07- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Recusando-se a vencedora a assinatura da ata sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se á multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

8.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10^o (décimo) dia de atraso, da entrega do produto, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

8.2.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

8.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos fornecimentos;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) descumprimento de cláusula contratual.

8.3. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

8.5. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Buenópolis/MG, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.



ANEXO IV MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATORIO Nº. _____/_____- PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____/_____
VALIDADE DA ATA: 12 MESES.

Aos ____ () dias do mês de _____ de _____, na sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Buenópolis/MG, situada na Rua Ataliba Pereira, 99, centro, nesta cidade, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Célio Santana, inscrito no CPF sob o nº 322.310.676-68, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei 10.250/02, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2021 por deliberação do pregoeiro oficial e equipe de apoio, e por ele homologada conforme processo nº 063/2021, RESOLVE registrar os preços para os fornecimentos constantes nos anexos desta ata, beneficiário _____, localizado na rua _____, nº _____ no bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, cujo CNPJ é _____, neste ato representado por _____, conforme quadro abaixo:

01 - DO OBJETO:

01.1. Os objetos do fornecimento são os produtos constantes dos anexos desta ata, em que são discriminados, a apresentação de cada produto, o consumo estimado e o prazo para entrega, em conformidade com o Anexo III.

01.2. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na classificação final do Pregão Presencial – Registro de Preços nº 032/2021, que segue com os seguintes preços unitários:

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

02.2. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, durante o qual a Prefeitura do Município de Buenópolis/MG não será obrigada a adquirir a totalidade dos itens estimados referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras.

02.3. Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir os produtos referidos nesta ata.

02.4. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

03.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município, e;

03.2. Durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

04 - DO PREÇO

04.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 032/2021.

04.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 032/2021, que integra o presente instrumento de compromisso.

04.3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no Pregão nº 032/2021 pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

05 - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

05.1- Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será o constante dos anexos desta, e será contado a partir da Ordem de Fornecimento.

05.2- O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento será, de até 05(cinco) cinco dias úteis da data da convocação por parte do Município.

06 - DO PAGAMENTO

06.1- Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, até o 10º (decimo) dia do mês subsequente após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto e ou serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal.

06.1.1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 dias após a data de sua apresentação válida.

06.2. A Prefeitura Municipal de Buenópolis, tem sua conta bancária no Banco do Brasil, banco público oficial, ira descontar a taxa de transferência bancária de credito do licitante contratado que optar por receber em outra instituição bancária, mediante dedução direta do valor a ser pago.

07 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

07.1- As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

07.2- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.



07.3 - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o carimbo e a assinatura do responsável.

07.4- Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

07.5- A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

07.6- A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

07.7- As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.

07.8 - O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art.73, II "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes.

07.9- A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, II, "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.

07.9.1 - O objeto desta Ata de Registro de preços deverá ser entregue de forma parcelada.

07.10- A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita em embalagens seguras, correndo por conta da Contratada as despesas de tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

07.11- Todos produtos entregues deverão conter as respectivas datas de fabricação, além dos prazos de validade da mercadoria.

a) A pré-existência de defeitos;

b) Má-fé do fornecedor;

c) Condições inadequadas de transporte;

d) Alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto;

e) Não cumprimento das especificações dos produtos cotados, conforme Anexo I.

07.12 - Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, os fatos ocorridos serão encaminhados à Autoridade Competente, para aplicação das penalidades cabíveis.

07.13 - Na hipótese de substituição dos produtos objetos da contratação a contratada deverá fazê-la em conformidade com o solicitado, Anexo I, dentro dos padrões de qualidade e consumo, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas contado a partir da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado, e sem nenhum custo adicional ao município.

07.14 - Na hipótese de complementação dos produtos objetos da contratação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

07.15- A Prefeitura Municipal de Buenópolis/MG, poderá a qualquer momento e sempre que julgarem necessário solicitar laudo de análise físico, químico e microbiológico que ateste a qualidade dos produtos recebidos. A recusa de apresentação dos laudos ou apresentação fora do prazo estipulado implicará em aplicação das penalidades cabíveis em conformidade com a Lei 8.666/93.

07.16- O Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, se reservam no direito de, ao notar qualquer alteração no produto ou laudo que atesta sua qualidade, notificar ou denunciar ao órgão competente que fiscaliza o estabelecimento para as providências cabíveis.

07.17 - A contratada não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em hipótese alguma. Não poderá ainda, subcontratar, total ou parcialmente, atividades que constituam objeto do contrato, sem prévia, expressa e formal concordância do Município, manifestada após o reconhecimento da ocorrência de motivo justificado.

07.18. Os produtos apresentarão por ocasião das entregas, no mínimo, 80% da sua validade a contar da data da realização da entrega pelo fornecedor nas dependências internas do contratante.

08 - DAS PENALIDADES

08.1- A recusa injustificada de assinar a Ata, pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços no presente instrumento de registro, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, ao critério da Administração.

08.2- A recusa injustificada, das detentoras desta Ata, em atender as ordens de fornecimento, dentro do prazo de cinco dias, contados da sua emissão, poderá implicar na aplicação da multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do documento de empenhamento de recursos.

08.3 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela nota de empenho, a Administração poderá aplicar, às detentoras da presente Ata, a penalidade, de dez por cento do valor remanescente da nota de empenho, em qualquer hipótese de inexecução parcial do contrato, ou de qualquer outra irregularidade.

08.4- As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados as detentoras da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

09 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

09.1- Considerado o prazo de validade estabelecido no item 02.2 da Cláusula II, da presente Ata, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 1(um) ano, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão nº 032/2021, que integra a presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os casos de revisão de registro a que se refere o Decreto instituidor do Registro de preços.

09.2- Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

10 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



10.1- O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art.73, II "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes.

10.2- A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, II, "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.

11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1- A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.2.Pela Administração, quando:

A - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B - a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

G - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços; no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

H- a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

12 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

12.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo setor requisitante.

13- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão nº 032/2021 – Processo 063/2021, seus anexos e as propostas das empresas classificadas no certame supra-numerado.

13.2. Fica eleito o foro desta Comarca de Buenópolis/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

_____, _____ de _____ de _____

Célio Santana
Prefeito Municipal

Testemunhas: _____
CPF nº: _____

CPF: _____



ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PROCESSO LICITATORIO Nº. _____ / _____ - PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____ / _____

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(Data)

.....
(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº
10.520/2002

PROCESSO LICITATORIO Nº. _____ / _____ - PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____ / _____

A Empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____,
sediada à _____ Bairro _____ CEP _____, declara
sob as penas da Lei, que tem ciência e cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no item
06 do edital e das sanções estabelecidas no item 16 do edital nos casos de não celebrar o contrato ou deixar de
entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto
deste certame licitatório, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-me de
modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

_____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Carteira de identidade:
CPF:

OBSERVAÇÃO: ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PREGOEIRO, PELO INTERESSADO
OU SEU REPRESENTANTE, FORA DO ENVELOPE, NA ABERTURA DA SESSÃO.



ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO CONFORME ARTIGO 9º DA LEI 8.666/93

PROCESSO LICITATORIO Nº. _____ / _____ - PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____ / _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, e em conformidade com o artigo 9º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, que até a presente data não existem fatos impeditivos para a habilitação da empresa acima no processo anteriormente mencionado e está ciente que deverá declara-lo caso venha a ocorrer durante qualquer da fase do processo.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

Carteira de identidade:
CPF:



ANEXO VIII MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

PROCESSO LICITATORIO Nº. _____ / _____ - PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____ / _____

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei e para fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Presencial nº _____, da Prefeitura Municipal de Buenópolis/MG, que: Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

Carteira de identidade:

CPF:



ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS

PROCESSO LICITATORIO Nº. _____ / _____ - PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____ / _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, no Procedimento Licitatório sob a modalidade de Pregão Presencial Nº _____, da Prefeitura Municipal de Buenópolis/MG, estar ciente da responsabilidade Administrativa, Civil e Penal, que tenho conhecimento das especificações exigidas para aquisição do material de laboratório, descritos no Termo de Referência deste edital. Certifico que os produtos ofertados estão dentro dos padrões exigidos e DECLARO ainda estar ciente de que todas as despesas com a entrega, embalagem, carga, descarga é responsabilidade exclusiva de minha empresa e sem qualquer ônus ou encargos para o Prefeitura de Buenópolis e caso seja(m) constado(s) problema(s) que possam comprometer a qualidade ora certificada, responsabilizo-me pela substituição dos produtos fornecidos fora das especificações solicitadas e rejeitados, sem prejuízo de reparar às minhas expensas, eventual dano causado a outros. Declaro ainda está ciente e comprometo-me a efetuar as entregas nas condições estabelecidas no edital e anexos, independentemente de transcrição.

_____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Carteira de identidade:
CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS - MG
CEP: 39.230-000 - Estado de Minas Gerais